

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR¹

José Francisco Mendanha

(Mestre Pesquisador. Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins)

E-mail: jfmendanha@gmail.com

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação da economia solidária e a agricultura familiar no município de Colinas do Tocantins Estado do Tocantins. Trata-se de um Estudo de Caso, segundo orientação empírica de produção e descrição do conhecimento, no qual foram pesquisadas 10 unidades familiares no Projeto de Assentamento Real no Município de Colinas de Tocantins, estado do Tocantins. Utilizou-se como instrumentos para coleta de dados de campo o questionário aberto, documentação, entrevista estruturada e observação direta. Procurou-se compreender as trajetórias e concepções próprias dos agricultores familiares sobre suas experiências de práticas solidárias direcionando maior atenção para as formas historicamente construídas de lidar com a gestão da produção, as formas de inserção no mercado, a relação estabelecida entre as famílias assentadas, avaliar os ganhos econômicos monetários e não monetários advindos das práticas de relações sociais de solidariedade e reciprocidade. Observou-se que as características das relações sociais, os laços de solidariedade e organização preexistentes no grupo de assentados influenciou na elaboração de critérios e normas de gestão dos acontecimentos no assentamento que possibilitaram criar mecanismos de participação interna e na relação com as organizações externas. Além disso, pôde-se perceber que, em decorrência destas experiências os assentados do projeto têm alcançado diversos ganhos, tanto materiais, no que se refere a posse da terra e sua inserção no mercado e a geração de renda das famílias, quanto aos imateriais, que são os resultados em termos de formação, reciprocidade e conquista de parcerias, de influência nas políticas públicas, de solidariedade, e de cidadania.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Manejo de Recursos, Economia; Agricultura.

¹ Projeto: A Economia Solidária e a Sustentabilidade Sócio-ambiental da Agricultura Familiar no Município de Colinas do Tocantins, sob orientação do Prof. Dr. Hiroshi Noda. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária é um fenômeno recente que tem obtido crescente visibilidade econômica, social e política. Ela diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente pelos grupos populares. Essas organizações destacam-se pela disseminação de valores solidários e práticas de autogestão, a não exploração dos trabalhadores, a divisão equitativa de benefícios, a produção ética e ambientalmente correta e a criação de uma rede local, regional e internacional solidária.

Essas práticas permitem a geração de trabalho para aqueles que estão à margem dos circuitos formais da economia, constituídos principalmente pelas esferas do Estado e do Mercado. Entretanto, os níveis de renda que se obtêm são bastante frágeis, garantindo, na maioria dos casos, apenas a sobrevivência dos grupos envolvidos nesse processo.

A necessidade de superação de uma cultura política tradicional, marcada por relações personalistas, clientelista e assistencialista, que marcam as comunidades e associações, sejam urbanas ou rurais,

REVISTA CIENTÍFICA DO ITPAC

Volume 3. Número 3. Julho de 2010.

além das Organizações não-governamentais (ONG's), todas elas entendidas como meios de organização popular. Tal cultura política constitui um grande obstáculo a implantação de formas democráticas de autogestão.

No que se refere, especialmente, a agricultura familiar, enfatizam-se as potencialidades de produção e comercialização conjunta, a agregação de valor, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o crédito solidário e outras idéias e projetos, visando apoio e fomento a agricultura familiar. Investigar estas práticas e normas de gestão significa introduzir um tema de profundidade, uma vez que por trás de práticas e normas estabelecidas encontram-se valores, lógicas e características das relações sociais que interagem em diversas dimensões culturais, sócias, econômicas, religiosas e políticas. Essas práticas são particulares de cada grupo social, influenciando na dinâmica interna e na sua maneira de relacionar-se com as organizações da sociedade, do Estado ou do Mercado.

A questão da economia solidária esta presente de forma sistemática nas pesquisas em várias partes do mundo nas últimas décadas. Esse interesse, por parte de pesquisadores e estudiosos, vem refletir a própria dinâmica que se passa na realidade. Contudo, as iniciativas e inovações dão início à concepção de um novo campo de práticas que se complexifica rumo ao seu próprio desenvolvimento. Na busca de respostas à velocidade das transformações que agem na realidade, a inquietação primeira dos pesquisadores volta-se para a conceituação do fenômeno referente à Economia Solidária, no sentido de compreender a sua urgência. Neste sentido, destaca-se no plano internacional, o trabalho pioneiro de Laville, na França, em 1994, que ao tentar dar conta das emergências do fenômeno, sobretudo naquele país, insere uma abordagem antropológica e indica um novo olhar para as práticas e outras configurações para instituir o ato econômico.

Assim compreendida, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, que envolve diversas dimensões, como por exemplo, a

dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (SINGER, 2002).

Nesta perspectiva uma das formas de se humanizar o sistema capitalista se dará através do sistema de economias solidárias, que é um modo específico de organização das atividades econômicas, caracterizadas pela autogestão e autonomia de cada unidade de produção e conseqüentemente pela igualdade pura de competição nos mercados (ARRUDA, 2006).

A situação social, política, econômica e cultural do mundo rural brasileiro remonta à colonização e à ocupação do espaço do território e traz certas transformações de ordem hierárquica e de desigualdade. O poder político e social encontrava-se nas mãos daqueles que possuíam grandes plantações (monocultura) destinadas ao mercado internacional. As formas de sociabilidade características do mundo rural se encontram em mutações em seu estilo de vida, as concepções do mundo, os processos de decisão e modalidades de trabalho se modificam.

Para Tedesco (2001) a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. A agricultura familiar apresenta característica essencialmente distributiva, além de possuir traços socioculturais que possibilitam sua adequação ao processo de economia solidária, ao mesmo tempo em que possibilita uma melhor adequação à sustentabilidade no que diz respeito à estabilidade, à diversificação e à durabilidade dos recursos naturais. Todas essas estruturas são características permitem um desenvolvimento da organização familiar na produção e manejo dos espaços rurais.

REVISTA CIENTÍFICA DO ITPAC

Volume 3. Número 3. Julho de 2010.

2. METODOLOGIA

Foi utilizado para este estudo o Método “Estudo de Caso”, com orientação empírica de produção e descrição do conhecimento mediante uma estratégia de planejamento, preparação, coleta, análise e conclusão de dados (YIN, 2005). O questionário constou de perguntas referentes ao perfil dos assentados (unidade da familiar), dimensão social, uso da terra, produção agrícola, redes de comercialização, criação de animais, assistência técnica, transporte e mercado. Dessa forma foi possível entender às dinâmicas que ocorrem no processo produtivo, caracterização do manejo dos recursos naturais e a quantificação dos fatores (insumos e força de trabalho) mobilizados na produção agrícola, o processo de organização social e seus aspectos culturais.

Para aplicação dos questionários as unidades de produção foram amostradas aleatoriamente. Para se obter dados sobre estudos realizados na área da pesquisa, foi realizada uma investigação bibliográfica na Regional do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Araguaina – TO, no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no SEPLAN-TO – Secretaria do Planejamento de Estado do Tocantins.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema de produção do assentamento real consiste, na maior parte do trabalho de preparo da terra é feito pelo processo manual e somente uma pequena parte é mecanizado, o plantio é feito de forma conjugada, ou seja, consorciada evidenciando a complexidade existente na forma de agricultura familiar. Nas áreas destinadas à produção agrícola o cultivo de espécies agrícolas anuais ocupa em média 0,5 hectares por unidade, sendo que o restante da área da gleba é constituído pelas pastagens e reserva legal de preservação permanente.

Em média, 30% dos agricultores utilizam implementos agrícolas - arado e grade - no preparo da

terra. Esses implementos, tracionados por tratores, são alugados com pagamento por hora de serviço ao preço de R\$ 80,00/hora. Os demais utilizam ferramentas manuais para preparo do solo. Apenas 10% do contingente das unidades utilizam fertilizantes químicos. Em relação ao controle de pragas e doenças, em média 40% dos produtores utilizam, quando considerados necessários, agrotóxicos industrializados. As áreas de pastagens são destinadas a criação de gado bovino próprio como “poupança”, 20 % das unidades de produção, ou para produção de leite, 20% das unidades. A quantidade de animais no primeiro caso é, em média, 41 cabeças de gado e no segundo caso é, em média, de 25 cabeças de gado. O restante das áreas de pastagem é alugado para terceiros ao preço de R\$ 10,00 por cabeça/mês. Geralmente na época chuvosa a capacidade de suporte utilizada é de 2 cabeças por hectare e na época de seca é de uma cabeça/hectare. Em média, 50% das unidades de produção adotam essa modalidade de uso da terra para obtenção de renda monetária. As práticas utilizadas no manejo das pastagens é a limpeza (roçagem) anual.

Imagem 1.0 - Cultivo consorciado de mandioca e milho com finalidade de auto-abastecimento.



Foto: Do acervo do autor.

REVISTA CIENTÍFICA DO ITPAC

Volume 3. Número 3. Julho de 2010.

Imagem 2.0 - Área de pastagem para cria, recria e engorda de gado bovino no PA-Real



Foto: Do acervo do autor

4. CONCLUSÕES

A experiência coletiva vivida no Projeto de Assentamento Real evidencia a existência de normas e regras de gestão dos bens comuns (força de trabalho e recursos naturais). Estas normas e regras foram elaboradas pelo grupo de assentados agricultores e se baseiam em diversos aspectos, que não são os mesmos parâmetros utilizados por empresas rurais, ou seja, não se orientam exclusivamente à questão da geração de resultados econômicos ou lucros individuais.

A agricultura praticada no assentamento é, predominantemente, familiar, na qual o uso de técnicas e manejo dos recursos naturais caracteriza um conjunto de conhecimentos adquiridos, bem como pela experimentação a partir da relação homem natureza. As áreas cultivadas variam, em média, 0,5 hectares, demonstrando que a unidade familiar produz em pequenas áreas e mantém as áreas de capoeirão ou de pastagem. O cultivo de espécies de hortaliças, frutíferas e algumas medicinais, representam um importante fator de diversidade e de segurança alimentar para a família. Dentre as diversas técnicas tradicionais utilizadas pelos agricultores, destaca-se a técnica de pousio, que possibilita a recuperação do solo e o crescimento de

espécies vegetais nativas, bem como aquelas introduzidas pelo homem, em áreas que são novamente utilizadas para um novo cultivo. Pode ser destacada, também, a produção consorciada de milho e mandioca entre outras culturas, conferindo, em certo grau, proteção contra pragas e doenças. Entretanto, observou-se a inserção de hábitos e costumes de uma agricultura convencional, com uso de produtos químicos utilizados pelos agricultores, apesar de baixa escala (fertilizantes e herbicidas).

Por se tratar de um ambiente diversificado a produção é considerada baixa, mas toda a produção é comercializada na sede do município. A renda bruta obtida da produção agrícola (rendimento médio por família) é de R\$ 76,01 reais por mês. A renda monetária obtida pelos agricultores é estabelecida pelo preço de mercado, e não pelo custo da produção. Devido a baixa renda obtida pela produção, as unidades familiares complementam sua renda monetária com a venda da força de trabalho com diárias rurais, assalariamento e do aluguel de pastos, aposentadoria e bolsa família, perfazendo uma renda média mensal de R\$ 841,46 reais, que se constitui de um forte auxílio indireto a unidade familiar e possibilita sua manutenção social. Então, o que se mostra fundamental é que estas redes devem ser originadas em torno das experiências locais e das potencialidades da agricultura familiar e não de objetivos propostos por organizações externas de mediação, em qualquer esfera, sejam elas financiadoras, governamentais ou não governamentais.

5. REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível** – A Formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Rio de Janeiro. Vozes, 2006.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Economia e Administração – Centro Regional de Economia e Administração, 2001.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookmam. 2001